

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.280.725 - GO (2018/0090486-2)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : LEANDRO CÉSAR AZEVEDO MARTINS - GO026634  
RENATA GONÇALVES COSTA E SILVA E OUTRO(S) -  
GO033227  
DÁRIO DA CUNHA DÓRO - GO028307  
**AGRAVADO** : ALVINO ALVES DAS CHAGAS - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA ALVES -  
INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : PAULO HENRIQUE GARCIA ANDRADE - GO022141

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. PLANO COLLOR I. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. CONTRATO FINDO. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO COM BASE NO ART. 1.030, I, "B", DO CPC. RECURSO CABÍVEL: AGRAVO INTERNO. ÍNDICE DE CORREÇÃO. MARÇO/1990 (41,28%). ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. A PARTIR DO INDÉBITO. SÚMULA 43/STJ. AGRAVO CONHECIDO EM PARTE PARA, DESDE LOGO, CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.*

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por BANCO DO BRASIL SA em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim resumido:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA. REVISÃO DE CONTRATOS FINDOS. ADMISSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. EMPREGO DO IPC (84,32%) PARA ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR NO MÊS DE MARÇO DE 1990. DEVIDA A ADOÇÃO DO BTNF DE 41,28%.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL PACIFICADO. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO A MAIOR. PROVA DO ERRO. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DESDE A DATA DA COBRANÇA A MAIOR. SENTENÇA ILÍQUIDA. SÚMULA 318 DO STJ. RECURSO IMPROVIDO.**

*1. Em homenagem ao princípio que impede o enriquecimento sem causa, mesmo após o adimplemento das obrigações contratuais, admite-se a propositura de demanda visando a discussão acerca da validade do que fora ajustado, sob pena de se instituir a inadimplência como condição para revisar avenças, o que repele a arguição de impossibilidade jurídica do pedido. 2. A repetição do indébito de diferença de correção monetária aplicada em cédulas de crédito rural emitidas antes do Plano Collor, por ter natureza de ação pessoal, sujeita-se ao prazo ordinário prescricional de vinte anos previsto no art. 177 do CC/1916, aplicado por força do art. 2.028 do CC/02. 3. Hipótese em que, entabulados os títulos de crédito rural com previsão de correção monetária atrelada à remuneração da caderneta de poupança, aplicável é, no mês de março de 1990, a variação do BTNF, no percentual de 41,28%, e não o IPC. 4. Admite-se a restituição, na forma simples, dos valores pagos a maior, mesmo não comprovado o erro quanto ao pagamento, cuja importância deve ser corrigida monetariamente, pelo INPC, a partir do pagamento indevido, na forma do enunciado da Súmula no 43 do STJ.*

*5. "Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida" (Súmula 318 do STJ). APELO CONHECIDO E IMPROVIDO (e-STJ fls. 463/464).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 478/486).

Nas razões do especial, o recorrente alegou que foram violados os arts. 3º, 267, VI, e 269, IV, do Código de Processo Civil; 6º, § 1º, da LICC (atual LINDB); 27 do Código de Defesa do Consumidor; 6º, e parágrafos, e 20 da Lei nº 8.024/90; 6º da Lei nº 8.088/90; 4º, VI, e 9º da Lei nº 4.595/64; e 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.899/81.

Asseverou não ser possível a revisão de contrato extinto.

Argumentou que a pretensão encontra-se prescrita, defendeu a aplicação

# *Superior Tribunal de Justiça*

do IPC no mês de março de 1990 e sustentou que a correção monetária deve incidir a partir do ajuizamento da ação.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 523).

Inadmitido o apelo raro (e-STJ fls. 526/528), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 532/540 (e-STJ).

Sem impugnação (e-STJ fls. 550/551).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O presente agravo deve ser conhecido em parte.

Com efeito, a questão relativa ao prazo prescricional foi decidida com suporte em recurso representativo de controvérsia (REsp 1.361.730/RS, Tema 919), razão pela qual, nesse ponto, foi negado seguimento ao recurso especial com base no art. 1.030, I, "b", do Código de Processo Civil. Por conseguinte, não há dúvida de que o recurso cabível, em tal caso, seria o agravo interno, nos termos do art. 1.030, § 2º, do Código de Processo Civil, de modo que o agravo em recurso especial não deve ser conhecido, no ponto.

Quanto à possibilidade de revisão de contratos extintos pelo pagamento, descabe falar em impossibilidade jurídica do pedido. Tal conclusão encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte Superior, como se verifica a seguir:

***RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. PARQUE RESIDENCIAL UMBU. REVISÃO DE CONTRATOS FINDOS. POSSIBILIDADE. DISTRATO À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO***

**NEGÓCIO COM ESTIPULAÇÃO DE CLÁUSULA DE DECAIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.**

1. A transação é espécie de negócio jurídico que objetiva por fim a uma celeuma obrigacional, alcançada por meio de concessões mútuas (CC, art. 840), cujo objetivo primordial é evitar o litígio ou colocar-lhe fim. A extinção se exterioriza na forma de renúncia a direito patrimonial de caráter privado, disponível, portanto, conforme previsto na lei.

2. **É firme o entendimento do STJ quanto à possibilidade de revisão dos contratos findos, ainda que em decorrência de quitação, para o afastamento de eventuais ilegalidades. Precedentes. Súm 286 do STJ.**

3. As normas previstas no Código de Defesa do Consumidor são de ordem pública e interesse social, cogentes e inderrogáveis pela vontade das partes.

4. É cabível a revisão de distrato de contrato de compra e venda de imóvel, ainda que consensual, em que, apesar de ter havido a quitação ampla, geral e irrevogável, se tenha constatado a existência de cláusula de decaimento (abusiva), prevendo a perda total ou substancial das prestações pagas pelo consumidor, em nítida afronta aos ditames do CDC e aos princípios da boa-fé objetiva e do equilíbrio contratual.

5. Na hipótese, verifica-se que a Construtora recebeu dupla vantagem advinda da referida cláusula, pois, além de retomar a propriedade do imóvel, dando-o em pagamento de dívidas ao Município, acabou por se apoderar do dinheiro pago pelo consumidor no financiamento do bem, configurando vantagem abusiva em seu favor.

6. Recurso especial não provido.

**(REsp 1.412.662/RS, QUARTA TURMA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 28/09/2016, grifo nosso).**

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA RURAL. REVISÃO DE CONTRATOS FINDOS. ADMISSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRAZO VINTENÁRIO. SÚMULA N. 83/STJ.**

1. **A possibilidade de revisão de contratos bancários prevista na Súmula n. 286/STJ estende-se a situações de extinção contratual decorrente de quitação.**

2. Incide a prescrição vintenária do art. 177 do CC/1916 ou a decenal do art. 205 do CC/2002 nos casos de ações de repetição de indébito, respeitada a regra de transição prevista

# *Superior Tribunal de Justiça*

*no art. 2.028 do atual Código.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

**(AgRg no AREsp 32.822/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 22/08/2013, grifo nosso).**

No que se refere ao índice de correção monetária a ser aplicado na cédula de crédito rural, verifica-se que a Corte de origem se alinhou à orientação jurisprudencial pacífica do Superior Tribunal de Justiça, sendo o reajuste aplicável às Cédulas de Crédito Rural em março de 1990, o de 41,28%, pelo BTN.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

*AGRAVO REGIMENTAL. RE 591.797. SOBRESTAMENTO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE TEMAS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. O caso dos autos não guarda identidade com a temática discutida no RE 591.797, afastando a necessidade de seu sobrestamento.*

*2. Recurso, ademais, decidido segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de que o índice de correção monetária aplicável às cédulas de crédito rural em março de 1990 é 41,28%.*

*Incidência da Súmula nº 83 do STJ.*

*3. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 80.655/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 16/04/2015)**

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO BANCÁRIO.*

*(...)*

*2. É possível a revisão dos contratos firmados com instituições financeiras, desde a origem, para afastar eventuais ilegalidades, mesmo encontrando-se extintos pela quitação.*

*3. Aplica-se o BTN de 41,28% no mês de março de 1990, nas cédulas rurais cujo débito esteja vinculado aos índices da caderneta de poupança.*

*4. Agravo não provido.*

**(AgRg nos EDcl no REsp 1.428.280/RS, TERCEIRA**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**TURMA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 03/04/2014)**

*AGRAVO REGIMENTAL. DEMONSTRAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO AGRAVANTE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO PROVIDO. CÉDULA CRÉDITO RURAL. AFRONTA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. NÃO CABIMENTO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA N.83/STJ. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA EM MARÇO DE 1990. BTN F FIXADO EM 41,28%. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. SIMPLES. SEM NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE ERRO. SÚMULA N. 83/STJ. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. REGRA DE TRANSIÇÃO. DECENAL. ART. 205 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*(...)*

*5. É entendimento do STJ que o índice de correção incidente em março de 1990 é de 41,28% pelo BTNF.*

*6. O prazo prescricional nas ações de repetição de indébito é o vintenário pelo Código Civil de 1916, respeitada a regra de transição disposta no Código de 2002.*

*7. Agravo regimental desprovido.*

**(AgRg no AREsp 84.842/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 01/07/2013)**

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. PLANOS ECONÔMICOS. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. MARÇO DE 1990. BTNF.*

*(...)*

*2. Consoante pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incide o BTNF de março de 1990 na atualização monetária do saldo devedor de cédulas de crédito rural.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgRg no REsp 1.320.198/RS, QUARTA TURMA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 27/09/2013)**

Dessarte, a interpretação dada pelo Tribunal de origem está em harmonia com o entendimento ditado por esta Corte Superior, para a presente hipótese.

Por fim, o Colegiado estadual entendeu que, "não enseja reparo na sentença, quanto ao termo inicial da correção monetária que incidirá sobre o

# *Superior Tribunal de Justiça*

*quantum* a ser restituído, pois, consoante orientação jurisprudencial dominante, em casos como este, conta-se a partir do pagamento indevido" (e-STJ fl. 459).

De fato, incide a correção monetária desde o indébito, para evitar o enriquecimento da outra parte à custa do fenômeno inflacionário, como se depreende, por analogia, dos precedentes que deram origem à Súmula 43/STJ, abaixo transcrita:

**Súmula 43/STJ** - *Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.*

Nessa toada, não merece guarida o recurso.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

**Ante o exposto, conheço em parte do agravo para, desde logo, conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator